



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

ASSEMBLEIA DO POVO

DISCURSO

**DO CAMARADA PRESIDENTE
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
NA ABERTURA
DA VI SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA DO POVO**

LUANDA, 16-8-89

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

ASSEMBLEIA DO POVO

DISCURSO

**DO CAMARADA PRESIDENTE
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
NA ABERTURA
DA VI SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA DO POVO**

LUANDA, 16-8-89

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

CAMARADAS DEPUTADOS,

Na Sessão da Assembleia do Povo de Março deste ano apreciámos os sete pontos para a resolução do chamado conflito interno em Angola. Baseando-nos nestes pontos elaboramos o Plano de Paz do Governo angolano que foi adoptado pela Cimeira dos 8 Chefes de Estado africanos, no dia 16 de Maio, em Luanda e posteriormente aprovado pelo Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho.

Na Cimeira de Luanda, aos Chefes de Estado foram confiadas missões de esclarecimento junto de vários países, tendo sido atribuída a Sua Exce-

lência o Presidente do Zaíre a tarefa de contactar os Estados Unidos da América e a Nigéria. No entanto, neste contexto, tomou a iniciativa de contactar igualmente os principais dirigentes da Unita e comunicou ao Governo angolano que estes tinham aceite o nosso Plano de Paz com um acréscimo referente à concessão de um título honorífico ao principal chefe da Unita quando este se retirasse da cena política angolana para o exterior do País.

Esta evolução rápida dos acontecimentos levaram Sua Excelência o Presidente da Zâmbia, que é Presidente da Cimeira, a convocar com urgência para o mês de Junho a Reunião que estava prevista para Agosto com vista à Proclamação da Paz e da Reconciliação em Angola. Deste modo, esta reunião foi realizada antes da visita do Presidente do Zaíre aos Estados Unidos da América, que

estava fixada para o fim do mês de Junho.

Num clima de grande surpresa e satisfação para uns e de receios e pouca certeza no êxito para outros, foi realizada a Cimeira de Gbadolite em que participaram mais 10 Chefes de Estado, além dos 8 que estiveram na primeira Reunião efectuada em Luanda.

Esta Cimeira terminou efectivamente com resultados espectaculares que surpreenderam o Mundo inteiro, pois foi proclamada a cessação das hostilidades militares ou a Paz e a Reconciliação Nacional em Angola. O nosso Governo desempenhou um papel importante que foi reconhecido e saudado. O prestígio da República Popular de Angola no Mundo cresceu pela sua importante contribuição à causa da Paz.

Infelizmente, após a Cimeira de Gbadolite, a marcha dos acontecimentos não manteve a mesma cadência, nem seguiu uma evolução positiva pela única razão de que a Unita não cessou a guerra nem a propaganda e declarações hostis contra o Governo angolano. A Unita mostrou assim, mais uma vez, que é na realidade um factor de desestabilização e divisão da sociedade angolana e tornou mais evidente ainda que a sua propalada política de Paz não passa de uma grande mentira!

Sabemos que vários cidadãos chegaram a questionar-se se a ida da Delegação angolana à Cimeira de Gbadolite valeu a pena.

Nós dizemos categoricamente que sim. Em primeiro lugar, porque não devemos estar ausentes onde Chefes de Estado africanos discutem os problemas do nosso País.

Em segundo lugar, a Paz para Angola é um objectivo essencial da nossa política.

Em terceiro lugar, a resolução dos conflitos por meios políticos é a tendência geral das relações políticas internacionais.

Em quarto lugar, era preciso demonstrar ao nosso Povo e ao Mundo que em Angola só o MPLA-Partido do Trabalho e o Governo angolano lutam sinceramente pela Paz e pela Reconciliação Nacional.

Provamos que defendemos a Paz. Provamos que é o MPLA-Partido do Trabalho e o Governo angolano que detêm a iniciativa da Paz. Provamos mais uma vez a falta de seriedade, de sentido de responsabilidade e bom senso de Jonas Savimbi.

A outra questão que deve estar a preocupar os Camaradas Deputados é

de saber o que vamos fazer agora para ultrapassar as dificuldades criadas pela Unita.

Nós vamos continuar o trabalho diplomático junto dos Estados africanos com vista à realização de uma nova Cimeira dos oito para analisar a situação e clarificar que o Acordo de Gbadolite é a Acta da Cimeira realizada à porta fechada, que ainda não foi publicada, e não a Declaração de Gbadolite que, aliás, a Unita tem estado a utilizar na sua propaganda mentirosa com distorsões e omissões graves. Este Acordo como se pode constatar da Acta que me foi enviada pelo Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, coincide com os objectivos do Plano de Paz do Governo angolano que se baseia na aplicação da Política de Clemência e Harmonização Nacional e na Lei da Amnistia aprovada por esta Augusta Assembleia.

Nesta base, prosseguiremos com a campanha de esclarecimento junto de todos os cidadãos angolanos dentro e fora do País e contamos que os Camaradas Deputados se empenhem nesta tarefa com firmeza para manter as massas populares bem informadas e mobilizadas para a defesa das nossas conquistas revolucionárias.

No plano militar as FAPLA não vão permitir que os bandos armados da Unita se aproveitem do Acordo de Gbadolite para obter vantagens no terreno.

Lamentamos que tenha havido alguma indecisão e falta de vigilância dos chefes de algumas unidades militares nas primeiras semanas que se seguiram a este Acordo, o que permitiu que o inimigo agisse quase impunemente e tivesse nas suas mãos praticamente a iniciativa táctica. Por causa dessa hesitação tivemos muitas

perdas em vidas humanas que podiam ter sido evitadas.

Hoje, a situação é diferente, seja no domínio político, diplomático ou militar; os planos da Unita estão a ser desmascarados e neutralizados e o seu sonho de tomar o poder pela força das armas não será concretizado.

Continuaremos a garantir com as Forças Armadas e os Órgãos de Segurança e Ordem Interna a relativa tranquilidade e segurança públicas indispensáveis ao funcionamento do Estado e da Economia Nacional.

CAMARADAS DEPUTADOS,

Penso que todos analisaram as estatísticas inseridas nos relatórios de execução do Plano Nacional e do

Orçamento Geral do Estado referentes ao ano de 1988. Constataram certamente que, apesar das dificuldades gerais do País, os números indicam que as consequências da crise conjuntural que afectou a economia em 1986 estão a ser superadas. Porém, as causas da crise de ordem estrutural, para cuja resolução já concebemos os programas, ainda não foram atacadas na prática. Mais adiante será prestada uma breve informação sobre o Plano de Recuperação Económica que apenas aprovámos em Março deste ano.

Em 1988 estima-se que o P.I.B. a custo de factores e a preços de 1980 tenha atingido os 202.149 milhões de Kz, isto é, mais 9,2% do que em 1987, como resultado do crescimento obtido fundamentalmente no Sector dos petróleos, que atingiu cerca de 26%, sendo a sua contribuição para esse P.I.B. de 52,4%.

Para além dos petróleos, apenas a extracção de diamantes e o Sector das Pescas obtiveram níveis de produção superiores aos de 1987, tendo este último ficado, no entanto, aquém das metas previstas no Plano Nacional.

O déficit orçamental para 1988 atingiu um montante elevado, constituindo as despesas públicas cerca de 43% do P.I.B. a preços de mercado. Como nos anos anteriores, a evolução das despesas não foi acompanhada de uma correspondente evolução das receitas. Isto originou o recurso ao crédito bancário através da emissão de moeda para cobrir elevadas despesas da Administração Estatal, empresas do Estado, investimentos, etc.

Neste contexto, será necessário orientar o Governo no sentido de reduzir as despesas públicas, proceder ao redimensionamento do Aparelho Cen-

tral e empresarial do Estado e adequar o sistema de execução orçamental às novas exigências da política económica dando cumprimento às tarefas prevista no Programa Económico e Financeiro, e particularmente, no Plano bienal de Recuperação Económica.

No que diz respeito à implementação deste Programa, neste momento, está a ser concluído o levantamento do tecido empresarial do País para proceder-se ao redimensionamento do Sector Empresarial do Estado.

Foi feito o apuramento das dívidas do Sector Empresarial e da Administração Pública com vista ao saneamento das contas internas, que o Governo analisará brevemente.

Este processo conjugado com o do redimensionamento permitirá o funcionamento do Sector Empresarial do

Estado de acordo com a nova legislação.

É importante referir, no entanto, que ainda não foram implementadas as medidas fundamentais do SEF relativas à desvalorização da moeda e ao reajustamento macroeconómico dos preços e salários. Estão em curso uma série de acções que visam criar as condições para atenuar os efeitos negativos destas medidas na vida dos trabalhadores no momento em que forem aplicadas, mormente no domínio do abastecimento à população, transportes colectivos e de mercadorias e da pequena actividade económica.

Quando foi lançado o Programa SEF, em Agosto de 1987, havia muitas dúvidas no espírito das pessoas sobre a capacidade efectiva do Governo de levar a bom termo esta grande inicia-

tiva. Hoje, as dúvidas são cada vez menores e podemos afirmar que são praticamente inexistentes. Devo salientar entretanto, que pecamos pelo menos em dois aspectos nos primeiros momentos. Isto é, a nossa campanha de propaganda não foi bem orientada na fase inicial e, por essa razão, criamos a falsa expectativa de que o SEF traria a solução imediata dos nossos graves problemas económicos. Nessa altura, não se explicou que o estudo profundo das causas havia começado em 1984 e que os processos de recuperação económica são naturalmente lentos.

Também não foi sublinhado que após a realização do II Congresso do MPLA — Partido do Trabalho atrasamos cerca de dois anos por causa das hesitações e de certa descoordenação na actividade da Esfera Económica e Social do Governo.

Por outro lado, o período de 3 anos estabelecido para o Programa não é realista e é preciso mais tempo para a sua plena materialização. Assim, estou convencido que os resultados mais evidentes do SEF começarão a surgir no próximo ano e, talvez, em 1991 alcancemos os principais índices fixados.

Todos os que acompanham a actividade do Governo devem ter notado que foi imprimida uma nova dinâmica no trabalho do Conselho de Ministros, graças à reorganização operada nos seus órgãos internos e às transformações provisórias introduzidas na Esfera Económica e Social e na Esfera Produtiva.

Assim, o Conselho de Ministros conta com o Conselho de Defesa e Segurança como seu órgão permanente e com a Comissão Económica a

quem compete a gestão e a preparação das medidas económicas fundamentais do Governo. Esta Comissão apoia-se numa Comissão Técnica e em 3 Comissões de Trabalho à frente das quais há um coordenador para cada Comissão.

Estas alterações conduziram a uma melhoria sensível no funcionamento do Conselho de Ministros. A reorganização em curso dos sectores do Plano, Finanças, Banca, Comércio e Indústria e o aperfeiçoamento dos métodos de controlo do cumprimento das decisões tomadas permitirão melhorar ainda mais esse funcionamento.

Não posso deixar de notar, contudo, que a sobrecarga de trabalho do Presidente da República aumentou, pois as estruturas dos Ministros de Estado concebidas para aligeirar essa sobrecarga e agilizar a coordenação governativa não atingiram o objectivo.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho debruçou-se sobre esta matéria há alguns meses e decidiu aprofundar a análise das causas dessa situação, no quadro da preparação do III Congresso do Partido, para que sejam perspectivadas as soluções mais adequadas.

Neste contexto, penso que uma atenção especial deverá ser prestada também ao funcionamento dos Órgãos do Poder do Estado nomeadamente às Assembleias Populares, às suas Comissões de Trabalho e à actividade dos Deputados. Tenho a impressão que a relação entre o Deputado e o eleitorado não é viva nem dinâmica.

Os trabalhos dos Órgãos do Poder Popular e das suas Comissões não está tão vinculado às massas populares e aos trabalhadores como havíamos preconizado. No âmbito da prepara-

ção do III Congresso do MPLA-Partido do Trabalho poderemos fazer reflexões sobre o melhoramento da actividade e sobre o aperfeiçoamento da discussão dos problemas do Povo no seio dos Órgãos do Poder Popular e remetê-los à Comissão Preparatória.

Na nossa agenda de trabalho constam muitos assuntos importantes. Teci considerações sobre alguns deles e levei ao conhecimento dos Camaradas informações que considero úteis.

As Comissões de Trabalho prepararam a nossa Sessão e espero que as suas propostas facilitem as nossas discussões e deliberações.

DECLARO ABERTA ESTA SESSÃO
DA ASSEMBLEIA DO POVO.



EXECUÇÃO GRÁFICA:

LITO-TIPO, LDA.

RUA 1.º CONGRESSO DO MPLA, 39
LUANDA — REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA



BA-01
5900